

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CULTURAIS

Caroline Aparecida de Souza Xavier¹

Caroline Bianca Leone dos Santos²

Suellen Danúbia da Silva³

Elimeire Alves de Oliveira⁴

Ijosiel Mendes⁵

Tiago Moreno Lopes Roberto⁶

RESUMO: O presente artigo analisa as práticas pedagógicas culturais como elementos fundamentais para a construção de processos educativos mais inclusivos, significativos e contextualizados. A partir de referenciais da educação intercultural, crítica e sociocultural, discute-se como a escola pode reconhecer e valorizar os diferentes saberes, identidades e manifestações culturais presentes no ambiente escolar. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de observações, entrevistas e análise documental em uma instituição de ensino público. Os resultados evidenciam que práticas pedagógicas culturalmente orientadas favorecem o engajamento dos estudantes, fortalecem vínculos comunitários e ampliam a compreensão crítica sobre diversidade e cidadania. Conclui-se que a incorporação sistemática da cultura no currículo e nas metodologias de ensino contribui para a formação integral dos sujeitos e para a democratização das relações educativas, exigindo formação continuada de docentes e políticas escolares comprometidas com a pluralidade cultural.

Palavras-chave: Práticas culturais. Educação. Diversidade. Pedagogia intercultural. Currículo.

ABSTRACT: This article analyzes cultural pedagogical practices as fundamental elements for building more inclusive, meaningful, and contextualized educational processes. Based on frameworks from intercultural, critical, and sociocultural education, it discusses how schools can recognize and value the different knowledge, identities, and cultural manifestations present in the school environment. The qualitative research was developed through observations, interviews, and document analysis in a public educational institution. The results show that culturally oriented pedagogical practices favor student engagement, strengthen community ties, and broaden critical understanding of diversity and citizenship. It concludes that the systematic incorporation of culture into the curriculum and teaching methodologies contributes to the integral formation of individuals and to the democratization of educational relations, requiring ongoing teacher training and school policies committed to cultural plurality.

Keywords: Cultural practices. Education. Diversity. Intercultural pedagogy. Curriculum.

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Futura.

²Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Futura.

³Docente nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Futura.

⁴Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), Graduada em Administração pela Faculdade Futura, Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO). Especialista em Controladoria (UNIASSELVI) Mestrado em Administração (UNIMEP).

⁵Docente e Coordenadora no Curso de Pedagogia na Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP)

⁶Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduado em Matemática. (UNIFEV). Especialista em Matemática (UNICAMP). Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR). Mestrado em Matemática (UNESP).

⁷Graduado em Psicologia e Pedagogia. Especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia e Saúde; Doutorando em Ciências da Saúde; Professor do Curso de Psicologia e Odontologia; Professor e Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade Futura.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre práticas pedagógicas culturais têm ganhado destaque no campo educacional devido à necessidade de reconhecer a escola como um espaço de produção, circulação e valorização de múltiplas formas de cultura. A educação, enquanto prática social, é atravessada por relações de poder, saber e identidade, o que torna imprescindível considerar os contextos socioculturais dos estudantes no planejamento e na execução das práticas pedagógicas (Freire, 1970).

Nesse sentido, compreender o caráter cultural da aprendizagem permite a construção de propostas formativas mais inclusivas e dialogadas.

A partir da perspectiva sociocultural, o processo de aprendizagem envolve interações, mediações e repertórios simbólicos que influenciam a construção do conhecimento (Vygotsky, 1934).

Assim, práticas pedagógicas culturalmente orientadas não apenas reconhecem a diversidade presente no ambiente escolar, mas também a utilizam como elemento estruturante das ações educativas. Esse enfoque dialoga com as abordagens da educação intercultural, que defendem a valorização da pluralidade e a promoção de relações pedagógicas éticas e igualitárias (Candau, 2008).

3675

Além disso, as práticas pedagógicas culturais contribuem para a construção de currículos que rompem com modelos homogêneos e eurocêtricos, incorporando experiências, narrativas e saberes das comunidades escolares, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e étnico-raciais (Gomes, 2017). Ao reconhecer a cultura como dimensão constitutiva da formação humana, os processos educativos tornam-se mais significativos, ampliando a participação dos estudantes e fortalecendo a construção de identidades críticas e emancipadas.

Dessa forma, investigar e implementar práticas pedagógicas culturais implica repensar concepções de ensino, metodologias e relações pedagógicas, orientando-se por princípios de diálogo, respeito à diversidade e justiça social. Esse movimento exige que docentes e instituições desenvolvam ações que ultrapassem a transmissão de conteúdos, integrando a cultura como eixo central da experiência educativa e promovendo aprendizagens contextualizadas e transformadoras.

PEDAGOGIA INTERCULTURAL E INCLUSIVA

A Pedagogia Intercultural emerge como uma abordagem que busca promover o diálogo entre diferentes grupos culturais, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo dos processos educativos. Em oposição a modelos homogêneos de ensino, a perspectiva intercultural entende a escola como espaço de encontro entre identidades, saberes e práticas diversas, devendo favorecer relações pedagógicas marcadas pelo respeito, reciprocidade e justiça social (Candau, 2008).

Segundo Fleuri (2003), a interculturalidade não se limita ao reconhecimento das diferenças, mas se configura como prática social e política que questiona hierarquizações culturais historicamente construídas. Assim, a pedagogia intercultural articula-se com processos de democratização escolar ao problematizar desigualdades e buscar superar atitudes discriminatórias e etnocêntricas.

Além disso, Walsh (2009) destaca que a interculturalidade crítica implica compreender as relações de poder que atravessam a escola, afirmando a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas integrem culturas, mas que também fortaleçam identidades historicamente marginalizadas. Dessa forma, o trabalho docente assume papel essencial na mediação de conflitos culturais, seleção de conteúdos e construção de metodologias que dialoguem com os contextos dos estudantes.

3676

No currículo, a pedagogia intercultural propõe a abertura para múltiplas narrativas culturais, valorizando conhecimentos tradicionais, saberes locais e produções comunitárias, especialmente em contextos de diversidade étnico-racial, linguística e territorial (Gomes, 2017). Isso contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a pluralidade social e intervir nela de forma ética e participativa.

A Educação Inclusiva fundamenta-se na defesa de que todos os estudantes têm direito à participação plena nos processos educativos, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sensoriais, culturais ou sociais. Com base na compreensão de que a exclusão é produzida por barreiras estruturais e não por limitações individuais, a inclusão escolar busca promover condições equitativas de aprendizagem para todos (UNESCO, 1994; Mantoan, 2003).

De acordo com Mantoan (2003), a escola inclusiva reorganiza práticas, espaçotempos e metodologias para atender às necessidades dos estudantes de forma flexível e colaborativa. Isso implica superar modelos tradicionais baseados na homogeneização e adotar abordagens

pedagógicas que considerem ritmos de aprendizagem, estilos cognitivos e modos diversos de participação.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabelece que a inclusão é princípio fundamental no sistema educacional contemporâneo, destacando a importância da formação docente, da adaptação curricular e da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas.

No campo teórico, Booth e Ainscow (2011) propõem o Index para a Inclusão, um instrumento de apoio às escolas para repensar culturas, políticas e práticas, considerando a inclusão como processo contínuo. A perspectiva inclusiva incorpora dimensões afetivas, socioculturais e pedagógicas, articulando-se fortemente com a abordagem intercultural ao reconhecer que as diferenças humanas não são problemas a serem resolvidos, mas potencialidades a serem valorizadas.

A aproximação entre pedagogia intercultural e educação inclusiva é fundamental para construir ambientes educativos acessíveis e culturalmente relevantes. Ambas as abordagens defendem a valorização da diversidade, a participação ativa dos estudantes e a construção de relações pedagógicas baseadas no diálogo e na cooperação.

Enquanto a interculturalidade enfatiza o reconhecimento e o diálogo entre culturas, a inclusão amplia esse movimento ao abordar múltiplas dimensões da diversidade — incluindo deficiência, gênero, etnia, linguagens e trajetórias de vida (Arnaiz, 2009). Dessa forma, as duas perspectivas contribuem para a construção de uma pedagogia comprometida com os direitos humanos, a equidade e a transformação social.

Práticas pedagógicas que dialogam com essas abordagens incluem projetos culturais, metodologias ativas, currículo flexível, mediação de conflitos, avaliação formativa e trabalho colaborativo entre professores. Tais práticas favorecem a aprendizagem significativa e a construção de uma escola que respeita as identidades e potencializa o protagonismo estudantil.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CULTURAIS E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS

A compreensão da educação como prática cultural é central para o desenvolvimento de ações pedagógicas que dialoguem com os contextos socioculturais dos estudantes.

Segundo Freire (1996), a prática educativa é sempre um ato cultural, pois envolve valores, significados e formas de interpretar o mundo. Assim, reconhecer que o processo de ensinar e

aprender é atravessado pela cultura implica considerar a escola como espaço de produção e reconstrução de identidades.

Para Geertz (1989), a cultura constitui teias de significados nas quais os indivíduos estão inseridos e através das quais interpretam suas experiências. Na escola, essas teias se encontram, se confrontam e se ressignificam, tornando essencial que as práticas pedagógicas estejam abertas à diversidade de saberes e modos de ser.

Nesse sentido, a valorização das culturas locais não é apenas um recurso didático, mas uma estratégia de reconhecimento e legitimação das identidades comunitárias.

As práticas pedagógicas culturais podem ser compreendidas como ações educativas que incorporam elementos culturais—locais, regionais ou identitários—ao currículo, às metodologias e aos processos de interação escolar. Candau (2016) destaca que práticas culturalmente orientadas ampliam a compreensão da diversidade e fortalecem o protagonismo dos estudantes ao reconhecerem que suas experiências de vida são fontes legítimas de conhecimento.

A pedagogia cultural dialoga com a perspectiva intercultural, ao promover o encontro entre diferentes universos simbólicos e incentivar o diálogo, a colaboração e a crítica às desigualdades (Walsh, 2009). Para Fleuri (2003), essas práticas exigem uma postura pedagógica que problematize relações de poder, evitando que culturas dominantes invisibilizem outras formas de saber.

3678

A adoção de metodologias ativas, projetos culturais, estudos de caso comunitários e narrativas identitárias são exemplos de práticas que favorecem a construção coletiva do conhecimento. Essas práticas rompem com modelos tradicionais e contribuem para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, pois conectam os conteúdos escolares ao contexto sociocultural dos estudantes (Tardif, 2014).

A valorização das culturas locais constitui estratégia importante para fortalecer a identidade dos estudantes e a vinculação entre escola e comunidade. Segundo Hall (2003), identidades são construções dinâmicas e historicamente situadas; assim, quando a escola reconhece as expressões culturais da comunidade, contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua trajetória coletiva.

No Brasil, estudos como os de Arroyo (2011) e Gomes (2017) demonstram que a escola historicamente silenciou saberes populares e conhecimentos localmente produzidos, privilegiando modelos eurocêntricos de conhecimento. A valorização das culturas locais,

portanto, implica um movimento de resgate e legitimação de saberes tradicionais, práticas comunitárias, memórias coletivas e cosmologias específicas—como culturas indígenas, afro-brasileiras, sertanejas e ribeirinhas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa diretriz ao reconhecer a diversidade cultural como elemento estruturante da educação brasileira, incentivando práticas que promovam identidade, pertencimento e diálogo cultural (Brasil, 2017).

Ao integrar as culturas locais ao processo pedagógico, a escola amplia as possibilidades de participação e pertencimento dos estudantes. McLaren (1997), a partir da pedagogia crítica da cultura, argumenta que a valorização de saberes marginalizados contribui para a superação de desigualdades simbólicas e para a construção de ambientes educativos mais democráticos.

As práticas pedagógicas culturais também favorecem a inclusão, pois reconhecem que a aprendizagem é influenciada por repertórios culturais diversos, valorizando os modos de expressão, linguagens, narrativas e práticas tradicionais dos estudantes. Isso é fundamental, sobretudo em comunidades que enfrentam processos de exclusão social, racial ou territorial.

Dessa forma, a escola torna-se espaço de afirmação das identidades locais e de fortalecimento das relações comunitárias, promovendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas (Moll, 2010). A Prática Cultural nas Escolas: Educação Popular e Saberes Tradicionais.

3679

A escola, para além de um local de transmissão de conteúdos, é um espaço de encontro entre culturas, modos de vida e identidades. Conforme afirma Geertz (1989), a cultura é composta por teias de significados construídas socialmente, e a educação não está apartada dessas tramas simbólicas. Assim, a escola deve ser entendida como instituição cultural que interpreta, seleciona e produz saberes, influenciando diretamente as identidades dos sujeitos que dela participam.

Freire (1996) destaca que toda prática educativa é também uma prática cultural, pois envolve valores, visões de mundo e relações de poder. Desse modo, o trabalho docente exige o reconhecimento da pluralidade cultural presente nas comunidades escolares, especialmente quando se trata de grupos historicamente marginalizados, como populações rurais, tradicionais, indígenas e afrodescendentes.

Essa compreensão aproxima-se das perspectivas críticas da educação, que entendem a cultura como espaço de disputa simbólica, em que determinados conhecimentos são legitimados enquanto outros são silenciados (Giroux, 1997). A prática pedagógica cultural, portanto,

constitui estratégia para democratizar o currículo e ampliar as formas de participação da comunidade escolar.

A Educação Popular, inspirada nas obras de Paulo Freire, propõe uma pedagogia dialógica, emancipadora e centrada no conhecimento produzido pelas comunidades. Para Freire (1987), os saberes da experiência constituem ponto de partida para a construção do conhecimento escolar, pois carregam histórias, memórias, práticas e visões de mundo que dão sentido à aprendizagem.

Brandão (1984) reafirma que a Educação Popular reconhece que todos os grupos sociais produzem cultura e conhecimento, e que esses saberes devem ser valorizados nos espaços educativos. Essa perspectiva rompe com uma visão bancária de educação, promovendo uma prática pedagógica horizontal, participativa e enraizada no cotidiano dos estudantes.

Na escola, os princípios da Educação Popular se materializam em práticas como:

rodas de conversa e construção coletiva do conhecimento;

projetos culturais comunitários;

investigação do território e das memórias locais;

uso de narrativas e práticas tradicionais como conteúdo formativo;

participação das famílias e lideranças comunitárias nas ações pedagógicas.

3680

Segundo Arroyo (2011), a Educação Popular contribui para que a escola seja espaço de afirmação das identidades culturais e de resistência às desigualdades sociais, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Os saberes tradicionais — conhecimentos ancestrais e comunitários transmitidos entre gerações — ocupam posição fundamental na compreensão da cultura local e das relações entre território, identidade e educação. Esses saberes incluem práticas agrícolas, histórias orais, rituais, artes, festas, línguas e modos de organização comunitária (Santos, 2006).

A antropologia educacional reforça que tais saberes não são meras curiosidades folclóricas, mas sistemas complexos de conhecimento que estruturam a vida social e as formas de compreender o mundo (Cunha, 2009). Quando incorporados às práticas pedagógicas, possibilitam:

o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes;

o reconhecimento da diversidade epistemológica presente no território;

a valorização das memórias individuais e coletivas;

a ampliação das formas de ensinar e aprender.

Gomes (2017) destaca que reconhecer saberes tradicionais — sobretudo indígenas, quilombolas e afro-brasileiros — é fundamental para combater a invisibilização histórica e epistemológica desses grupos, promovendo justiça social e equidade no currículo escolar.

Além disso, muitos sistemas educacionais têm reconhecido a importância dos saberes locais para a aprendizagem significativa. No Brasil, a BNCC enfatiza a valorização da cultura local como eixo estruturante da educação contemporânea, incentivando práticas que integrem manifestações tradicionais, artes, memórias e histórias comunitárias (Brasil, 2017).

A articulação entre práticas pedagógicas culturais, Educação Popular e saberes tradicionais propõe uma escola dialogada com o território, crítica e comprometida com o reconhecimento das diversas formas de conhecimento.

Nessa perspectiva:

A Educação Popular orienta a prática democrática, baseada no diálogo e na valorização da experiência comunitária.

As práticas culturais escolares ampliam o currículo, incorporando expressões artísticas, religiosas, linguísticas e identitárias das comunidades.

Os saberes tradicionais enriquecem a formação escolar, conectando os estudantes à ancestralidade, à memória coletiva e às práticas socioculturais locais.

3681

Essa integração contribui para uma educação contextualizada, significativa e crítica, que forma sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade (Freire, 1996; Walsh, 2009).

METODOLOGIA CIENTÍFICA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, pois busca compreender significados, práticas e processos socioculturais presentes no cotidiano escolar. Segundo Minayo (2016), a pesquisa qualitativa é adequada para estudos que envolvem interpretações subjetivas, interações humanas e práticas sociais, características centrais das práticas pedagógicas culturais. Além disso, conforme Bogdan e Biklen (1994), esse tipo de abordagem permite investigar fenômenos em profundidade, valorizando a perspectiva dos participantes.

Trata-se de um estudo realizado em uma instituição de ensino básica. O estudo de caso, conforme Yin (2015), possibilita analisar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, considerando múltiplas fontes de evidência. A escolha por esse tipo de pesquisa justifica-se pelo interesse em compreender como práticas pedagógicas culturais são desenvolvidas no cotidiano escolar, suas dinâmicas, desafios e potencialidades.

Além disso, a investigação dialoga com elementos da pesquisa-ação, já que envolve participação ativa da comunidade escolar no processo de reflexão e transformação das práticas, alinhando-se à perspectiva freiriana de educação como prática social crítica (Freire, 1996).

Foram analisados documentos institucionais, como Projeto Político-Pedagógico (PPP), planos de aula e registros de projetos culturais. A análise documental contribui para compreender como a valorização da cultura é formalizada e operacionalizada na escola (Ludke & André, 1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que as práticas pedagógicas culturais constituem um caminho potente para a construção de uma educação mais inclusiva, significativa e comprometida com a valorização da diversidade. Ao reconhecer que o ambiente escolar é atravessado por múltiplas identidades, saberes e formas de expressão, torna-se possível compreender que o processo educativo vai além da transmissão de conteúdos: ele é prática social, cultural e política.

A análise das experiências e dos referenciais teóricos mostrou que integrar as culturas locais ao currículo fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes, amplia a relevância social do conhecimento escolar e estabelece pontes entre a escola e a comunidade. Práticas pedagógicas culturalmente orientadas favorecem o diálogo intercultural, a participação ativa dos sujeitos e o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados, contribuindo para o enfrentamento de desigualdades simbólicas e sociais presentes no contexto educacional.

Também se destacou que a implementação desse tipo de prática exige intencionalidade pedagógica, formação docente contínua e abertura para revisitar concepções de ensino, currículo e avaliação. A valorização das culturas locais não deve ser um movimento pontual, mas um compromisso institucional que permeie projetos, metodologias e práticas cotidianas.

Conclui-se que as práticas pedagógicas culturais, quando orientadas por princípios de diálogo, respeito, reciprocidade e justiça social, possibilitam a construção de uma escola que reconhece a pluralidade humana e promove aprendizagens contextualizadas e transformadoras. Nesse sentido, este estudo reafirma a necessidade de que políticas educacionais, gestores e educadores assumam o compromisso com práticas que ampliem a voz e o protagonismo das comunidades escolares, fortalecendo uma educação capaz de formar sujeitos críticos, conscientes e atuantes em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. (2011). Currículo, território em disputa.
- BRANDÃO, C. R. (1984). O que é educação popular.
- BRASIL. (2017). Base Nacional Comum Curricular. MEC.
- CUNHA, M. C. (2009). Cultura com aspas.
- FREIRE, P. (1987). Pedagogia do oprimido.
- FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia.
- GEERTZ, C. (1989). A interpretação das culturas.
- GIROUX, H. (1997). Os professores como intelectuais.
- GOMES, N. L. (2017). O movimento negro educador.
- SANTOS, B. de S. (2006). A gramática do tempo.
- WALSH, C. (2009). Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial.
- Gomes, N. L. (2017). O movimento negro educador.
- MANTOAN, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?
- UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca.
- WALSH, C. (2009). Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial.
- FREIRE, P. (1970). Pedagogia do oprimido.
- VYGOTSKY, L. S. (1934). A formação social da mente.
- Candau, V. M. F. (2008). Educação intercultural: entre discursos e práticas.
- GOMES, N. L. (2017). O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.
- ANGROSINO, M. (2009). Etnografia e observação participante.
- BARDIN, L. (2011). Análise de conteúdo.
- BOGDAN, R.; Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução 510/2016.
- FLICK, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa.
- FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia.

GILL, P. (2002). *Qualitative Research Interviews*.

LUDKE, M.; André, M. (1986). *Pesquisas em educação: abordagens qualitativas*.

MINAYO, M. C. (2016). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*.

YIN, R. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Educação intercultural: desafios e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.